

Saberes matemáticos elementares: a formação do professor das crianças sertanejas e da capital da Bahia (1925-1929)

Elementary mathematical knowledge: teacher's formation for backcountry children and from the capital of Bahia (1925-1929)

Eliene Barbosa Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS- Brasil

Inês Angélica Andrade Freire
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Brasil

RESUMO

Em 1925, foi sancionada uma reforma para a instrução pública baiana, dirigida por Anísio Spinola Teixeira, onde estabeleceu um novo padrão para o ensino público, desde novos métodos, novas disciplinas e programas de ensino, perpassando pela sua organização administrativa e de fiscalização, até a determinação das penalizações e benefícios, em um claro mecanismo de crescente controle do Estado. Este artigo buscou analisar precisamente o lugar que os saberes matemáticos ocuparam na formação de professores primários, nas escolas normais para as crianças sertanejas e da capital baiana, no período de 1925 a 1929. Neste sentido, consideramos que o ensino dos saberes matemáticos elementares, presentes na formação do professor primário, primava por uma cientificidade pautada em um ensino da aritmética, no qual possibilitasse ao professor primário o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que contemplassem tanto as aplicações utilitárias dessa ciência, bem como o desenvolvimento do raciocínio pelos processos de dedução matemática, contribuindo, no entender de Anísio Teixeira, com iniciativas intelectuais e críticas dos alunos.

Palavras-chave: Formação do Professor Primário. Saberes Matemáticos. Bahia.

ABSTRACT

In 1925, a reform was approved for public educational system in Bahia, conducted by Anísio Spinola Teixeira, it was established a new standard for public education, from new methods, new disciplines and teaching programs, through its administrative organization and supervision, until the determination of the penalties and benefits, in a clear mechanism of increasing state control. This article seeks to analyze precisely the place that the mathematical knowledge occupied in the formation of elementary school teachers, in the normal schools for the backcountry children and from the capital of Bahia, from 1925 to 1929. In this sense, we consider that the teaching of elementary mathematical knowledge present in the formation of the elementary teacher, it excelled by a scientificity based on arithmetic teaching in which the elementary teacher could develop pedagogical strategies that contemplated both the utilitarian applications of this science, as well as the development of reasoning by the processes of mathematical deduction, contributing, in the opinion of Anísio Teixeira, with intellectual and critical initiatives of the students.

Keywords: Elementary Teacher formation. Mathematical Knowledge. Bahia.

Introdução

Anísio Spinola Teixeira (1900-1971) era um jovem recém-formado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, quando foi convidado pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon (1874-1932) para assumir, em 09 de abril de 1924, a direção da Inspeção Geral de Instrução Pública da Bahia. No ano seguinte, ele sancionou uma reforma educacional.

Diferentemente de seus antecessores, Góes Calmon não era efetivamente um político, mas “[...] um intelectual disciplinado na prática da advocacia comercial e bancária [...]” (TAVARES, 2001, p. 349) e professor de história do *Gymnasio* da Bahia¹⁸. Góes Calmon, governador da Bahia no período de 1924 a 1928, era, portanto, o novo, no ambiente da velha oligarquia política baiana da década de 1920, que ansiava por mudanças significativas no contexto socioeconômico baiano, algo materializável, na sua concepção, a partir da inserção de jovens promissores na vida administrativa pública.

Em linhas gerais, parece ter sido sob essas circunstâncias que Anísio Teixeira iniciou as suas tão aclamadas ações no cenário educacional brasileiro, em um movimento inverso à sua motivação primeira quando pleiteou, pessoalmente, com o governador Góes Calmon o cargo de promotor público em sua cidade natal, Caetité, interior baiano. Nesse momento, foi surpreendido com o convite para assumir a direção da Inspeção Geral de Instrução Pública da Bahia.

Para a importante e desafiante incumbência de reformar a educação baiana, Anísio Teixeira, em um tempo que ainda não tinha sido influenciado pelas ideias do filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952), debruçou-se em “[...] leituras e estudos sobre educação no Brasil e na Europa [...]” (TAVARES, 2001, p. 349), transformando-se, por intermédio do próprio governador Góes Calmon, em um árduo leitor do livro do belga Omer Buyse intitulado *Méthodes américaines d’éducation générale et technique*¹⁹. Sob essas leituras e

¹⁸ Fruto das primeiras iniciativas das políticas públicas constituídas na Bahia para o ensino secundário, o *Gymnasio* da Bahia, foi criado, sob a denominação de Liceu Provincial, pela Lei n.33, de 09 de março de 1836, a qual foi sancionada pelo vice-presidente da Província da Bahia Joaquim Marcelino de Brito (1799-1879). Em 1890, já na recém- instaurada República, recebeu o nome de Instituto Oficial de Ensino Secundário e, em 1895, criou-se no lugar desse Instituto, equiparado ao Colégio D. Pedro II, o *Gymnasio* da Bahia, sua grafia original, mas que a partir de 1936, mais frequentemente, passou prevalecer a grafia Ginásio da Bahia. Em 1942, durante a Reforma Capanema, tornou-se Colégio Estadual da Bahia – ou como é mais referenciado, Central, por ser localizado na região central de Salvador – funcionando, em um primeiro momento, os cursos Ginásial e Colegial. (DICK, 2001; LIMA, 2003; BENEVIDES, 2009).

¹⁹ Publicado em 1908, o livro de Omer Buyse engrandece o modelo de escola americana baseada no aprender fazendo (Learning by doing) em detrimento da cultura escolar europeia que, segundo Manacorda (1995, p. 309), era baseada na “tradição escolástica”. Neste sentido Omer Buyse argumentou que: “Os europeus enviam suas crianças à escola para elas aprenderem ‘alguma coisa’; o americano deseja que a escola assegure a educação integral, física, intelectual e moral de suas crianças.” (BUYSE, 1908, p.715, tradução nossa). A pedido do governo da Bahia, esta obra foi traduzida para a Língua Portuguesa e utilizada no processo de formação dos professores do ensino primário, bem como daqueles que já exerciam a profissão como um meio de “[...] iniciar os nossos professores nos methodos activos de educação da America do Norte [...]” (TEIXEIRA, 1928, [n.p.]).

provavelmente seguindo a sugestão de Góes Calmon para aconselhar-se com Carneiro Leão²⁰ e Afrânio Peixoto²¹ – dois dos mais atuantes educadores brasileiros da época – Anísio Teixeira organizou o sistema educacional baiano o qual, após muitas resistências e debates, foi aprovado por meio da Lei n. 1846 de 14 de agosto de 1925, que reformava a Instrução Pública da Bahia, tendo, logo depois, regulamentado os ensinos primário e normal pelo Decreto n. 4312, de 30 de dezembro de 1925 (BAHIA, 1925; ABREU, 1960; LUZ, 2009).

Para Tavares (2001), a reforma educacional da Bahia somou-se, em ordem de importância, às reformas instituídas em outros contextos brasileiros no decorrer da década de 1920: São Paulo (1920), Ceará (1923), Minas Gerais (1927), Distrito Federal (1928) e Pernambuco (1929). Segundo Ghiraldelli (1991) “[...] o otimismo pedagógico dos anos vinte foi veiculado pela sociedade política, principalmente através de um ciclo de reformas educacionais estaduais, levado adiante por jovens intelectuais que, mais tarde, nos anos 30, ficaram conhecidos como profissionais da educação” (GHIRALDELLI, 1991, p. 19).

Na reforma educacional baiana, que objetivava “[...] educar physica, moral e intellectualmente o indivíduo, tornando-o apto para a vida em sociedade.” (BAHIA, 1925, p.177), princípios muito próximos aos defendidos por Omer Buyse em seu livro, foi estabelecido um novo padrão para o ensino público, desde novos métodos, novas disciplinas e programas de ensino, perpassando pela sua organização administrativa e de fiscalização, até a determinação das penalizações e benefícios – licenças, aposentadorias e gratificações –, em um claro mecanismo de crescente controle do Estado, no sentido dado por Elias²².

Nesta conjuntura específica, o processo civilizador da sociedade baiana, em sua maior parte pobre, inculta e rural, rumo ao desenvolvimento social, econômico e político, incorporado a construção de uma unidade de conscientização democrática nacionalista, dar-se-ia pelo cultivo de novos hábitos e costumes, mediante condutas e normas impostas no seu ensino público, extensivos também para as escolas particulares. Essa reforma englobava diferentes níveis de ensino: infantil, primário elementar, primário superior, complementar, normal, profissional e especial.

²⁰ O pernambucano Antônio de Arruda Carneiro Ribeiro (1887-1966), envolveu-se na organização do ensino para o povo defendendo três lemas para as escolas: obrigatória, gratuita e laica. Essas ideias nortearam a sua passagem como diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1922-1926) e na implementação da reforma educacional de Pernambuco (SILVA, 2006; ARAÚJO, 2009).

²¹ Durante a década de 1920, o médico baiano Julio Afrânio Peixoto (1876-1947) tinha assumido, dentre outros, os seguintes cargos: em 1915, a direção da Escola Normal e da Faculdade de Direito, ambas no Distrito Federal; no ano seguinte, a direção da Instrução Pública do Distrito Federal (1916) e Deputado Federal pela Bahia durante o período de 1924 a 1930 (CPDOC/FGV VERBETE AFRÂNIO PEIXOTO, 2009).

²² Numa compreensão conjunta entre Estado e civilização, Elias (1994a, p.192) reconheceu os Estados como sendo “[...] instituições sociais encarregadas de certas funções e de que os processos de constituição dos Estados são processos sociais como quaisquer outros.” Neste sentido, afirmou que “[...] os Estados, mais do que qualquer outra forma social, emergiram no mundo inteiro como as unidades de sobrevivência de nível mais elevado.” (ELIAS, 1994a, p.162). Sob essa sua ótica, Elias (1994b, p.16) colocou que “[...] grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados”.

Neste artigo, em particular, concentramos a nossa atenção na formação dos professores primários, nas escolas normais, para as crianças sertanejas²³ e da capital baiana, com o intuito de analisar precisamente o lugar que os saberes matemáticos elementares ocuparam na formação desses professores, no período de 1925 – quando houve a institucionalização da reforma da instrução pública da Bahia – a 1929, ano que Anísio Teixeira pediu demissão do cargo por divergir da linha política educacional na gestão do novo governador Vital Henrique Batista Soares (1874-1933).

As escolas normais: da capital e do interior

O curso letivo das escolas normais da capital e do interior, com duração de quatro anos, na reforma implementada por Anísio Teixeira, compreendia o curso propedêutico ou de habilitação pedagógica – objetivando, em três anos, preparar cientificamente o aluno – e o curso profissional ou de proficiência didática, realizado no último ano, destinado a “ensinar a ensinar”. Nesse último ano, intensificavam-se os estudos da didática a partir de atividades diárias realizadas nas escolas de aplicação e o estudo de higiene escolar, cujo intuito era “[...] dar ao futuro professor o conhecimento profundo da criança, fazendo-o compreender praticamente que ‘o ensino deverá ser feito para o menino e não este para o ensino’.” (BAHIA, 1925, p.199, grifo do autor).

Em seu discurso na inauguração da Escola Normal de Caetité²⁴, em 1926, Anísio Teixeira defendeu uma formação de professor que convergia com as novas orientações, as quais estavam sendo produzidas no meio educacional europeu, direcionadas ao ensino primário. Para ele, “Montessori na Italia, Decroly na Belgica, Kerchensteiner na Allemanha, O’Neil na Inglaterra, e tantos outros amontôam processos sobre processos, systemas sobre systemas, cada qual mais fascinante.” (TEIXEIRA, 1927, p. 7). Portanto, uma institucionalização de um conjunto de saberes voltados para a cientificidade, tendo principalmente como norte os métodos intuitivos pestalozziano, froebeliano, montessoriano e decroliano, que constituíram a escola, a qual ficou conhecida como escola ativa (LEITÃO, 1927a; TEIXEIRA, 1927, 1928; LUZ, 2009).

Dito de outro modo, a escola, conforme Teixeira (1928, [n.p.]), “[...] se transformou em um [sic] officina governada por leis scientificas de psychologia.” Para a efetiva materialização dessa nova realidade, era preciso investir em uma nova formação para os professores do ensino primário, proporcionando-lhes um caráter de especialista de forma que conseguissem dar conta dos “ultimos progressos verificados na psychologia experimental e

²³ Expressão utilizada por Anísio Teixeira em seu discurso durante a inauguração da Escola Normal de Caetité no ano de 1926.

²⁴ Originalmente foi criada em 1896 e extinta em 1903.

educativa [...]” e, ainda, dos “[...] processos modernos de medida dos resultados escolares [...] [e da] descoberta das leis do processo educativo [...]” (TEIXEIRA, 1928, [n.p.]). Neste sentido, o ensino de um modo geral e, em particular, das escolas normais de Salvador e do interior, deveria primar por essa cientificidade, desenvolvida por meio da prática, da “descoberta” pelos próprios alunos, isto é, “praticada nos laboratórios e nos ateliers”. (BUYSE, 1908, p. 10). Estabeleceram-se, dessa forma, novas técnicas, novo corpo de conhecimento e novas normas no percurso da transição de um ensino notadamente humanista para um ensino científico, tal como evocou Nóvoa (1999) ao discutir as dimensões do processo de profissionalização docente. Para esse autor,

As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do *corpo de saberes* e do *sistema de normas* da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos *conhecimentos pedagógicos* e de uma *ideologia comum* (NÓVOA, 1999, p. 18, grifo do autor).

Na Bahia da década de 1920, antes da reforma, existia apenas um único estabelecimento oficial para a formação dos professores do ensino primário, a escola normal da capital, criada em 1836, mas cujo início das atividades só se deu efetivamente em 1842 (ROCHA, 2008). Havia, portanto, a necessidade de ampliação desse quadro para os novos propósitos da reforma educacional de 1925. Nela, a formação do professor dos primeiros anos escolares assumiu um papel centralizador na expansão de uma nova ordem de instrução, baseada em princípios da escola ativa, tendo o ensino primário como “[...] a base de toda ella [...]” (CALMON, 1924, p. 10), para o desenvolvimento, progresso, urbanização, civilização e modernização do estado. Era crescente a ideia de que a Bahia não se resumisse apenas à capital.

Para o processo civilizador da sociedade baiana era necessário investir também no interior, isto é, fazia-se necessário uma interiorização de ações que reduzissem o hiato entre os diminutos intelectuais de sua aristocracia e a grande maioria da população baiana, notadamente rural e analfabeta. Essas ações educacionais estavam em consonância com ampliação das vias ferroviárias e rodoviárias de ligação do interior com a capital²⁵.

Nesses termos, instituiu-se que o governo iria manter a escola normal da capital e, inicialmente, iria implementar três outras escolas em cidades do interior da Bahia (BAHIA, 1925). Contudo, criaram-se apenas no sertão baiano as escolas normais de Caetitê e de Feira de Santana (1927), respectivamente, “[...] reduto dos Teixeiras [...]” e cidade, cujo “[...]”

²⁵ Neste sentido podemos citar, de acordo com Tavares (2001), a chegada, em 1928, dos trilhos da estrada de ferro da cidade de Nazaré em Jequié, outra cidade do interior baiano e, ainda, a construção da rodovia Salvador-Feira de Santana (sem pavimentação) por meio da lei de número 1.847, custeada no governo de Góes Calmon.

intendente municipal era amigo pessoal do governador, tendo sido uma das cidades que fizeram oposição ao governador anterior, Seabra²⁶ (SOUSA, 2001, p.60).

Sob essa breve ótica, a reforma, teoricamente, transparecia regulamentar um único sistema educacional, em particular, um único modelo de escolas normais para toda população da Bahia. Todavia, em sua essência, havia orientações híbridas que permitiram, por exemplo, configurações diferentes de escolas normais da capital e do interior, ao não instituir, em nome de uma dita “autonomia didática”, um mesmo programa de ensino, mas apenas uma equivalência do ensino. (BAHIA, 1925, p. 198). Por exemplo, entre as disciplinas da capital havia: *Noções de Direito Público e Constitucional, Educação Moral e Cívica; Anatomia e Physiologia Humanas, Biologia Vegetal e Pedagogia e Psychologia Infantil*, todas ministradas no terceiro ano do curso. Por sua vez, havia, no segundo ano, a disciplina de *Physica e Chimica* (com indicativo de aplicabilidade às indústrias e a agricultura) e a *Didactica (pratica)*, no quarto ano. Já para a escola normal do interior, a *Didactica* era vista entre as disciplinas do terceiro ano, dando continuidade no quarto ano como *Didactica (pratica)*. Além disso, a disciplina de *Physica e Chimica* tinha outra nomenclatura - *Sciencias physicas*. De outra parte, a disciplina *Agricultura* no interior era ministrada desde o segundo ano, enquanto que na capital somente a partir do terceiro ano (BAHIA, 1925, p. 199-211). Eram dadas, dessa forma, ênfases diferentes na formação dos professores para o ensino primário, pelo menos em termos do que sugerem essas diferentes rubricas.

Na formação da escola normal de Salvador é possível interpretar que o professor estava sendo preparado para além das novas exigências do ensino primário, voltado para os métodos ativos ou “lição das coisas”. Sua formação suscitava haver uma convergência para os desejos de uma capital em adentrar no percurso nacional de industrialização e urbanização, bem como para assumir cargos administrativos. Por sua vez, os professores das escolas normais do interior pareciam ser conduzidos a uma formação que os fixassem nessas regiões, visando prioritariamente a sua atuação no ensino primário das escolas do interior, com as suas peculiaridades sociais e econômicas, notadamente rural.

Os saberes matemáticos nas escolas normais sertanejas e da capital

Nas escolas normais, tanto da capital, quanto do interior, parece não ter sido estabelecidas diferenças nos cursos propedêuticos e de proficiência didática para o ensino dos saberes matemáticos. Em ambos os programas havia a cadeira²⁷ de *Mathematica elementar*, a

²⁶ José Joaquim Seabra (1855-1942).

²⁷ O programa baiano para escola normal era estruturado em cadeiras e disciplinas. As cadeiras representavam áreas de conhecimentos mais amplas, as quais abarcavam diferentes disciplinas. Para a capital foram constituídas quinze cadeiras e para o interior, treze cadeiras.

qual contemplava explicitamente os saberes matemáticos nas disciplinas *Arithmetica e Algebra* e a de *Geometria*. Mas havia outras rubricas, de forma implícita e indireta, conforme indicou a pesquisa de D’Esquivel (2015), que contemplavam, em seu ensino, os saberes matemáticos. Esses são os casos das disciplinas de *Desenho* e de *Trabalhos manuaes*, as quais, juntamente com a *Geometria*, foram incluídas por Anísio Teixeira na formação do professor dos primeiros anos escolares, a partir da reforma de 1925, por compreender que essas disciplinas contribuiriam com a formação da personalidade da criança no que tange a transformação do pensamento em ação. Isto porque, Anísio Teixeira, nas palavras de Carvalho (1999, p. [n.p]), estava “[...] convencido de que a excelência da educação primária norte-americana se assentava no princípio froebeliano: *educar pela ação*.”. Portanto, consideradas, conforme Luz (2009), fundamentais para o processo de modernização do ensino instituído na Bahia a partir de 1925.

A reforma, portanto, institucionalizou a divisão dos saberes: no curso propedêutico, os *saberes a ensinar*. Na instalação da proficiência didática, o lugar dos *saberes para ensinar*. Tais saberes, vistos como saberes de referência para a formação do professor, dizem respeito aos conteúdos das disciplinas que o professor deve dominar para ensinar – *saberes a ensinar* e a qualificação do professor para exercer a sua profissão – *saberes para ensinar*²⁸. Consideramos que isto também pode ter acontecido com os saberes matemáticos elementares ensinados na formação do professor para os primeiros anos escolares, ainda que na reforma, em seus programas da capital e do sertão baianos, não conseguimos observar disciplinas voltadas exclusivamente aos saberes matemáticos *para ensinar*, enfim, aqueles saberes que seriam fomentados na prática docente. Talvez possam ter sido realizados na disciplina de *Didactica (pratica)*, ministrada no quarto ano. Neste ano, estava previsto:

[...] o preparo profissional dos alumnos que, alliviados das matérias theoricas, se entregarão a pratica intensiva de ensino, revezando-se por turmas nas “escolas de applicação” annexas, onde assistidos e aconselhados pelos professores das cadeiras do dito anno, se exercitarão no magisterio, com a responsabilidade do trabalho pessoal. Terminado cada cyclo de maior ou menor numero de dias, marcados para os seus exercícios periodicos, apresentarão relatorio de suas observações e lições (BAHIA, 1925, p. 202).

No ensino dos saberes na cadeira *Mathematica elementar*, considerados “uma ciência completa”, mais precisamente com os saberes aritméticos, algébricos e geométricos, passou haver uma defesa pela cientificidade por meio de uma nova orientação e, conseqüentemente, uma nova prática docente, tal como podemos observar nas palavras do engenheiro civil Jayme Spinola Teixeira, não por acaso, professor de matemática da Escola Normal de Caetité por

²⁸ Trata-se de uma conceituação utilizada pelos pesquisadores da Equipe de Pesquisa em História das Ciências da Educação (ERHISE) da Universidade de Genebra Universidade de Genebra e que, recentemente, vem sendo apropriada nas pesquisas de Valente (2016) para os saberes específicos, isto é para os saberes matemáticos.

cerca de um ano, desde a sua inauguração em 21 de abril de 1926: “O ensino elementar de mathematicas deveria obedecer a uma orientação diferente da que, até hoje tem guiado, nas nossas escolas primarias.” (TEIXEIRA, J., 1927, p. 15). Dessa forma, esse ensino não deveria ser reduzido a arte de contar para apenas atender uma “[...] falsa miragem das necessidades da vida pratica [...]” (TEIXEIRA, J., 1927, p. 16) ou o exercício de decorar regras, sem de fato compreender os resultados e nem para que serviam. Na síntese de Jayme Teixeira:

Assim é que tem sido ministrado o ensino elementar, cingindo-se a fazer o alumno decorar como uma serie de regras, que a sua pequenina cabeça não percebe as analogias, que nem ao menos lhe indicaram.
Com o uso constante dessas regras, não ha menor duvida, que abandonará a escola com o conhecimento sufficiente de operações para as necessidades mathematicas da sua decantada *vida pratica* (TEIXEIRA, J., 1927, p. 15, grifo do autor).

Para além disso, ele defendia que o ensino primário dos saberes matemáticos elementares

Dever-se-ia inculir nos alumnos, o verdadeiro sentido dessas ciencias exactas, fazendo-o bem comprehender a concatenação constante de todas as operações, de todas suas theorias, salientando-lhe a sequencia real e a obtenção, de umas, pela necessidade demonstrada e evidente, na applicação das anteriores, e não, ensinar como capítulos independentes, como partes separadas; pedras soltas e espalhadas de um edificio, cuja menor belleza e conhecimento, está justamente, no agrupamento perfeito, nas ligações exactas e acabadas (TEIXEIRA, J., 1927, p. 15).

Pela própria nomenclatura da cadeira designada por *Mathematica elementar*, podemos interpretar que esse elementar sugere, de acordo com Valente (2016, 276-277), um “ensino formativo, educativo, visando níveis mais avançados [...], os saberes matemáticos presentes nesse nível escolar. Constituirão os primeiros passos rumo a saberes matemáticos mais avançados.” Logo, consideramos que estavam sendo pleiteados na formação dos professores para o ensino primário, novos métodos e novos conteúdos.

De outra parte, nesses excertos de Jayme Spinola Teixeira, pareceu haver uma tensão entre os saberes matemáticos elementares e rudimentares que, conforme as ideias de Valente sobre os rudimentos, “Não se prestarão à continuidade dos estudos, aos anos posteriores de escolaridade e aprofundamento matemático. Não deverão representar pré-requisitos para novos conteúdos matemáticos noutros níveis.” (VALENTE, 2016, p. 276). Nesta tensão, na nossa interpretação, não houve uma ruptura, nesse período, entre os saberes matemáticos considerados elementares e rudimentares. Emergiu uma configuração pela cientificidade e

pelo ensino prático utilitário, onde na leitura de Anísio Teixeira seria possível modernizar a Bahia econômica, política e socialmente.

Para tanto, era necessário, de fato, uma nova formação profissional do professor primário. Um discurso que convergia com as orientações internacionais e nacionais e, que começou a se fazer presente nos objetivos das escolas normais da Bahia por meio da lei que reformou a sua instrução pública. Em sua síntese:

O ensino na Escola Normal terá feição essencialmente prática, de observações e experiência buscando-se em todas as matérias as possibilidades de aplicação utilitária, ao mesmo tempo que se procurará desenvolver no espírito do aluno a iniciativa intelectual e a faculdade crítica, evitando-se com máximo empenho recorrer unicamente a memória (BAHIA, 1925, p. 201).

Além de um programa voltado para a formação do professor primário nas escolas normais, houve uma preocupação com o professor em serviço. Na reforma sancionada na gestão de Anísio Teixeira estava previsto a realização de cursos de férias. Esses cursos eram ministrados em um curto período de tempo tendo como objetivo a indicação de uma orientação moderna para o ensino primário. No que diz respeito aos saberes matemáticos *para ensinar*, precisamente os saberes aritméticos, indicava-se que o professor primário deveria incentivar os alunos, por meio de estratégias pedagógicas, para além de uma aplicação utilitária, ao desenvolvimento do raciocínio tendo como um dos focos os processos de dedução matemática. O raciocínio matemático era requerido tanto para os saberes dessa área de conhecimento bem como para as artes e as ciências. (LEITÃO, 1927a, 1927b). Dessa forma, interpretamos que se essas orientações faziam parte das discussões dos cursos de férias, por certo, elas eram contempladas na formação do professor nas escolas normais.

Considerações finais

A reforma promovida por Anísio Teixeira para os cursos de formação profissional do professor primário, em 1925, destinou-se para além de uma preparação psico-pedagógica do futuro mestre – tendo na sua estrutura estudo das disciplinas educacionais, incluindo aquelas voltadas para as práticas realizadas nas escolas de aplicação – uma preparação com ênfase em conhecimentos de técnicas das atividades econômicas da região onde foram implantadas as escolas normais. Salientamos, também, o caráter propedêutico que, nessa conjuntura, configuravam-se como novos saberes instituídos na formação do professor primário. Todos esses saberes de formação estavam em conformidade ao movimento de circulação mundial dos métodos ativos.

Particularmente no ensino dos saberes matemáticos elementares, pautado nos saberes aritméticos, presentes na formação do professor primário, parecia haver uma tensão entre a cientificidade e as aplicações utilitárias dessa ciência. Dito de outro modo, compreendemos que houve uma confluência na formação do professor primário, proporcionando aos futuros mestres o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que contemplassem tanto o aprofundamento matemático, dando a possibilidade de continuidade de seus estudos, bem como os saberes matemáticos voltados para a necessidade da vida prática dos alunos do ensino primário.

A partir dessas análises iniciais, consideramos que os saberes matemáticos, nessa reforma, em especial para o curso letivo das escolas normais da capital e do interior, implementada por Anísio Teixeira, ocuparam um espaço circunscrito por novos saberes e novas competências específicas, por meio da apropriação de novas ideias que estavam circulando em âmbito nacional e internacional para o exercício da docência no curso primário. Tais aspectos, na nossa interpretação, constituíram-se em novos elementos no processo de profissionalização do professor primário no estado da Bahia, nesse período.

Referências

- ABREU, J. Anísio Teixeira e a educação na Bahia. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960. p. 1-68.
- ARAÚJO, C. A reforma Antonio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá/PR, v.9, n.19, p.119-136, jan./abr. 2009.
- BAHIA. Lei n. 1846, de 14 de agosto de 1925. Dispõe sobre a reforma da instrução pública do estado da Bahia. 1925. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- BUYSE, O. **Méthodes américaines d'éducation générale et technique**. Charleroi-Belgique: Etablissement Litho de Charleroi. 1908.
- BENEVIDES, S. C. O. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009, v.1, p. 115-125.
- CALMON, F. de G. **Discurso na Assembleia Geral Legislativa**, 1924. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104678>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- CARVALHO, M. M. C. de. Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.1, p. 111-120, jan/mar. 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9808.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- CPDOC/FGV, verbete “Afrânio Peixoto”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-afranio-peixoto>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

- D'ESQUIVEL, M. O. **O ensino de desenho e geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925)**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2015.
- DICK, S. M. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860-1890)**. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- ELIAS, N. Mudanças na balança nós-eu. In:_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. p. 127-193.
- ELIAS, N. Prefácio. In:_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b, v.1. p. 13-20.
- GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Magistério - 2º grau. Série formação do professor).
- LIMA, D. K. de. **“O banquete espiritual da instrução”**: O Ginásio da Bahia, Salvador. 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- LEITÃO, J. O ensino de mathematica na escola primaria. **Revista de Educação**, Caetité/BA, ano 1, n. 2, p. 51-54, mar. 1927a.
- LEITÃO, J. O ensino de mathematica na escola primaria. **Revista de Educação**, Caetité/BA, ano 1, n. 5, p. 165-168, out. 1927b.
- LUZ, J. A. R. da. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)**. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução Gaetano Lo Monaco. 3. ed. São Paulo-SP: Cortez; Campinas-SP: Autores Associados, 1992. (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).
- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999.
- ROCHA, L. M. da F. A escola normal na província da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **O ensino e a pesquisa em historia da educação**, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/10.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- SILVA, J. A. P. da. **Carneiro Leão e a proposta de organização da educação popular brasileira no início do século XX**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- SOUSA, I. C. de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: Educ, 2001.
- TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: Edufba, 2001.
- TEIXEIRA, A. S. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. Disponível em:<www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/summario.html>. Acesso em 06 nov .2016.

_____. Discurso proferido na inauguração da Escola Normal de Caetité. In: **Revista de Educação**, Caetité/BA, ano 1, n. 1, p. 5-8, jan. 1927.

TEIXEIRA, J. S. O ensino das mathematicas elementares. **Revista de Educação**, Caetité/BA, ano 1, n. 1, p. 15- 16, jan. 1927.

VALENTE, W. R. *Les enjeux* da pesquisa em história da educação matemática nos anos iniciais escolares. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 48, p. 271-299, maio/ago. 2016. Disponível em: <
<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=16271&dd99=view&dd98=PB>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

Eliene Barbosa Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/BA/Brasil

E-mail: elienebarbosalima@gmail.com

Inês Angélica Andrade Freire

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/BA/Brasil

E-mail: inafreire@gmail.com